

## INSTITUIÇÕES E COMÉRCIO NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS

Daniel Strum (USP)  
[danistrum@gmail.com](mailto:danistrum@gmail.com)

Jesús Bohorquez (Universidade de Lisboa)  
[jesus.bohorquez@alumni.eui.eu](mailto:jesus.bohorquez@alumni.eui.eu)

Desde Adam Smith, reconhece-se que uma melhor capacidade para realizar trocas promove o crescimento econômico. A historiografia reconhece que o comércio foi um vetor central – ainda que não o único e talvez nem mesmo o principal – no desenvolvimento econômico da colônia. A atividade mercantil teve grande impacto em outros setores da economia e implicações profundas imbricações sociais e políticas. No entanto, pouco se estudou como se tornava o comércio viável e lucrativo. O simpósio pretende explorar a natureza e a dinâmica dos sistemas institucionais, cada um formado por um pluralidade de elementos, tais como crenças, valores, regras e organizações – privadas e públicas, centrais e locais –, sustentaram a expansão do comércio colonial. Buscaremos explorar a organização mercantil com: cumprimento de contratos; acesso a informação; transporte marítimo e terrestre; tributação; armazenamento; segurança aos direitos de propriedade. Para isso convidamos o envio de resumos sobre os seguintes temas: redes comerciais; contratos e cartórios; contabilidade mercantil; tribunais, Mesa do Bem Comum, Junta de Comércio e litígio mercantil; órgãos públicos que regulamentavam o comércio: Mesas de Inspeção, Junta do Comércio, Secretárias, C.U., etc.; políticas de fomento ao comércio pela Coroa, Governo Geral (Vice-Reinado), Governos das Capitanias e Câmaras; Companhias de Comércio: monopolistas ou não; praças mercantis; correspondência comercial; alfândegas; tributação e arrematação de impostos; corso e pirataria; mercancia, riqueza e estatuto social; Tribunal do Fisco da Inquisição.